

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.302 - SC (2019/0302409-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCAS MORAES DA ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LUCAS MORAES DA ROSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4023145-13.2019.8.24.0000).

Inferre-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 15/06/2019 por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos art. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus*, o qual foi liminarmente indeferido, nos termos do acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 125/140):

“HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA TAL FINALIDADE (LEI 11.343/2006, ARTS. 33, CAPUT, E 35, CAPUT). CONVERSÃO DA PRISÃO FLAGRANCIAL EM PREVENTIVA.

INVOCADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONSUBSTANCIADO NA AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATO CONCRETO E DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PROVIDÊNCIA EXTREMA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, LVII) E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INOCORRÊNCIA. PRONUNCIAMENTO EMBASADO EM ELEMENTOS SÓLIDOS E INDÍCIOS CONSISTENTES DA NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA E REPROVABILIDADE DAS CONDUTAS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. MONTANTE E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS E NARRATIVAS DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELA DILIGÊNCIA QUE PRESSAGIAM A PRÁTICA DA MERCANCIA ESPÚRIA. AGENTES QUE TINHAM ACABADO DE ADQUIRIR DEZ "PEDRAS" DE CRACK DE OUTRO ENVOLVIDO, O QUAL SUPOSTAMENTE FORNECIA ESTUPEFACIENTES PARA REVENDA, RETORNANDO

Superior Tribunal de Justiça

PARA LOCAL CONHECIDO PELO COMÉRCIO ESPÚRIO. IMPRESCINDIBILIDADE DA SEGREGAÇÃO. PRESENÇA DOS REQUISITOS E PRESSUPOSTOS DOS ARTS. 312, CAPUT, E 313, I, AMBOS DO CPP.

FINALIDADE PRÓPRIA DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR DA LIBERDADE DIVERSA DO RESGATE DA REPRIMENDA QUE NÃO PODE CONFIGURAR ANTECIPAÇÃO DE PENA.

COGITADA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA BENESSE DESCRITA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE REGÊNCIA E PROJEÇÃO DE REGIME PRISIONAL OU PERMUTA DE EVENTUAL PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. IRRELEVÂNCIA. CONJECTURA QUE NÃO INTERFERE NO DECRETO DA SEGREGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE ETAPA PRÓPRIA.

PREDICADOS SUBJETIVOS QUE POR SI SÓS NÃO IMPEDEM A CONSTRIÇÃO DA LIBERDADE. CONCOMITANTE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NO JUIZ DA CAUSA. ORDEM DENEGADA.”

No presente *writ*, o impetrante alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e fulcrada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Aponta que a manutenção da custódia é desproporcional ao fato e representa cumprimento antecipado de pena. Afirma ser o paciente portador de condições pessoais favoráveis, sendo suficiente a determinação de medidas previstas no art. 319 do Código de Processo penal.

Pretende em liminar, a imediata expedição de alvará de soltura para que aguarde em liberdade do julgamento do *writ* e no mérito, o reconhecimento da nulidade da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, com a expedição de alvará de soltura ou determinação de medidas cautelares.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a

Superior Tribunal de Justiça

existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator